

Protestantes no Brasil: entre a omissão e o engajamento político

Protestants in Brazil: between omission and political engagement

Elizete da Silva*

Resumo: Analisamos a presença Protestante no Brasil, bem como a constituição de um setor Protestante Ecumênico no País, que se desenvolveu na segunda metade do século XX, vinculado ao Conselho Mundial de Igrejas e com uma proposta inovadora de diálogo respeitoso com as demais religiões. Foram motivados por um discurso teológico que condenava as práticas fundamentalistas e conservadoras, majoritárias entre os evangélicos. Desenvolveram projetos sociais que visavam resolver os candentes e seculares problemas sociais do País, a exemplo da Comissão Ecumênica de Direitos a Terra, que dialogou com a Comissão Pastoral da Terra, de orientação católica. Com a Ditadura Militar, instalada no Brasil em 1964, os evangélicos ecumênicos opositores do regime militar foram perseguidos, mas resistiram formando Comitês de Defesa dos Direitos Humanos e o Projeto Brasil Nunca Mais, participaram ativamente do processo de redemocratização nacional.

Palavras-chave: Protestantismo; ecumenism; sociedade brasileira

* Professora Adjunto IV e Chefe do Departamento de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Caicó, Brasil E-mail: cliosilva@yahoo.com.br

Abstract: We intend to analyze the Protestantism and Constitution of an Ecumenical Protestant sector in Brazil, which was developed in the second half of the 20th century. It was connected to the World Council of Churches and with an innovative proposal of respectful dialogue with the other religions. That was motivated by a theological discourse that condemned the fundamentalists and conservative majority practices among evangelicals. Social projects aimed at solving urgent social problems and in the country had been developed, following the example of the Land Rights Ecumenical Commission, which addressed the Pastoral Land Commission, under Catholic guidance. With the Military Dictatorship installed in Brazil in 1964, the Ecumenical Evangelical opponents of the military regime were persecuted, but they resisted and created Human Rights Committees, Human Rights defenders and the project named: Brazil Never More as well as actively participated in the national democratization process..

Keywords: Protestantism; ecumenism; brazilian society

“E não vos conformeis com este século...”

Romanos 12 v.2 - Bíblia Sagrada

“Estes que revolucionaram o mundo chegaram até aqui”

Atos 17 v.6. -Bíblia Sagrada

Introdução

Pretendemos, neste artigo, analisar a presença dos reformados no território brasileiro, as representações dos grupos protestantes frente à realidade nacional, destacando os motivos que levaram a um afastamento inicial das questões sociais e políticas e os diversos fatores que propiciaram, a partir da década de 1950, um novo olhar, um novo discurso sobre a sociedade circundante, certo engajamento em movimentos sociais e políticos, que se desenvolveram no País, na segunda metade do século XX. Trabalhamos na perspectiva da História das Religiões e interfaces com a História Cultural.

Em outubro de 2017 completam-se 500 anos da Reforma Protestante. Um movimento religioso que eclodiu na Alemanha, mas que se espalhou por toda a Europa, dividindo e pondo em cheque a unidade da Cristandade, aguerridamente defendida pela Igreja Católica desde a Idade Média. A Europa

do alvorecer dos tempos modernos vivia um contexto de efervescência cultural e significativas transformações sociais, políticas e econômicas. Reformar a igreja secular fazia parte das aspirações de humanistas, clérigos e de intelectuais preocupados com as relações do sagrado e da moral cristã. Lutero, Calvino, Zwinglio, Henrique VIII, Muntzer e outros reformadores não foram heróis solitários, mas líderes catalizadores e representativos de uma conjuntura propícia de renovação de ideias, inclusive de perspectivas religiosas.

A Reforma não ocorreu de forma homogênea. É possível identificar-se, pelo menos, quatro tendências: uma começada na Alemanha com Lutero e que se difundiu posteriormente na Escandinávia; a liderada por Calvino e Zwinglio que se desenvolveu na Suíça, França e Escócia; a terceira tendência, denominada radical ou anabatista, dirigida principalmente por Thomas Muntzer, que se difundiu na Alemanha e na Suíça de língua alemã; a quarta tendência foi a anglicana, ocorrida basicamente na Inglaterra e que recebeu a influência dos ideais reformistas do continente. Na análise do movimento reformador, não podem ser esquecidos os humanistas, a exemplo de Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, e a própria contrarreforma como uma reação da Igreja Católica aos hereges dissidentes.

Esses grupos reformados do século XVI deram origem a vários outros grupos dissidentes, ocasionados por uma leitura alternativa dos textos sagrados, da doutrina do livre arbítrio e que todo homem ou mulher pode dirigir-se diretamente a Deus. Os princípios básicos da teologia reformada eram: salvação pela graça de Deus; a fé como forma de atingir a salvação, mediada exclusivamente por Jesus Cristo; a Bíblia como norma de fé e prática, e o sacerdócio universal dos cristãos, que podem chegar a Deus sem intermediação de terceiros, ou da igreja, como pensavam os católicos. Segundo Lucian Febvre, a Reforma inaugurou a modernidade no mundo ocidental.¹

Nas três últimas décadas observa-se, no Brasil e internacionalmente, um revigoramento do fenômeno religioso em suas mais diversas manifestações. Questionando os teóricos defensores da secularização, presencia-se um “reencantamento do mundo”, conforme Weber², um avivamento das expressões do sagrado, coexistindo como num processo de superposição de uma religiosidade difusa, onde a convivência de tradições religiosas e recriações inovadoras ganham espaço e visibilidade social. Vive-se hoje um pluralismo religioso, no qual a religião não é mais herdada, o sentimento religioso é algo a ser buscado, práticas são construídas de vários fragmentos difusos ou sistemas mais ou menos institucionalizados.

O mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado economicamente, passa por um processo de mundialização da cultura, no qual a religião também se faz presente e ativa, cimentando relações sociais e políticas. O sagrado ganha novos contornos não só nas sociedades asiáticas ou da América Latina, trata-se de um fenômeno que adquire dimensão universal. “Até no coração

das sociedades industriais avançadas, durante os anos 80, a religião mostrou uma renovada capacidade de agregação e identificação, como mostra o inesperado surgimento nos Estados Unidos do neofundamentalismo evangélico, especialmente da *Moral Majority*³. O reavivamento do sagrado não é um fato isolado, mas acompanha as mudanças vigentes: os paradigmas, a racionalidade, as promessas do bem-estar social desmoronam e homens e mulheres estão a buscar sentido para suas existências, numa dimensão espiritual, que é mais estável, imediata e pessoal.

Ao mesmo tempo ou em decorrência desse ressurgimento do sagrado em suas mais variadas instâncias, os cientistas sociais, inclusive os historiadores, estão sendo induzidos a tomar o fenômeno religioso como objeto de estudo, como um problema a ser abordado, levando-se em consideração a complexidade do tema e da sua interface com os processos sociais. No Brasil, onde a academia constituiu-se de forma laica e identificava a religião com obscurantismo, os estudos sobre a religião, estão saindo tardia e gradativamente, da órbita dos teólogos e analistas religiosos para os centros acadêmicos. Dir-se-ia que a academia rompeu os juízos prévios e começa a lançar um olhar científico sobre a religião.

Reformados em Terras Católicas

Passaram-se, apenas, três décadas após Lutero ter rompido com a Igreja Católica para que as doutrinas reformadas chegassem ao território da colônia Portuguesa. Os países ibéricos permaneceram como monarquias católicas e com uma adesão insignificante ao Protestantismo, decorrente basicamente das perseguições do Tribunal da Inquisição contra as heresias dos luteranos e calvinistas. Porém, os ecos e desdobramentos do movimento reformista logo se fizeram ouvir nas terras brasílicas.

As incursões de protestantes no território brasileiro, durante o período colonial, ocorreram de forma esporádica e vinculadas às guerras religiosas decorrentes da Reforma Protestante e da política mercantilista da Europa moderna. Huguenotes franceses no Rio de Janeiro, no século XVI e calvinistas holandeses no Nordeste, no século XVII, fundaram comunidades evangélicas efêmeras, as quais duraram o tempo da ocupação francesa e holandesa. Deixaram uma marca estigmatizadora no imaginário católico: tratava-se do “herege invasor”, expressão usada pelo Padre Vieira, em 1624, quando da invasão holandesa ao território baiano⁴. Segundo o Padroado Régio, a Igreja Católica era exclusiva no território da América Portuguesa.

A presença sistemática do protestantismo, no Brasil, ocorreria na primeira metade do século XIX, em decorrência de uma conjunção de fatores de ordem econômica e política, destacando-se a abertura dos portos às nações amigas, isto é, à Inglaterra em 1808, e a imigração europeia a partir do período

Joanino. Os ingleses adentraram o País como comerciantes nas grandes cidades e instalaram a Igreja Anglicana em 1819 no Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Belém e outras cidades onde havia empreendimentos e negócios de britânicos.

Os imigrantes alemães que entraram no País a partir da segunda década do século XIX, como pequenos colonos no interior da região Sul, eram majoritariamente protestantes e começaram a organizar comunidades luteranas, que só a partir de 1864 foram oficializadas, com um sínodo e a assistência de pastores vindos da Alemanha. Fundaram suas igrejas para propiciarem assistência espiritual aos fiéis de origem estrangeira, não católicos. O luteranismo desenvolveu-se principalmente no Sul e do Sudeste do País. Anglicanos e luteranos são considerados como protestantismo de imigração⁵.

Na segunda metade do século XIX, uma segunda onda, denominada de protestantismo missionário, instalou-se no País. A política liberal, que propiciou a entrada de anglicanos e luteranos no início do século, continuava vigiando, mas outros fatores também tiveram o seu peso: uma nova corrente migratória vinda dos EUA; a expansão dos interesses comerciais norte-americanos no Brasil; além das questões terrenas, fatores religiosos se alinharam, a exemplo do avivamento missionário, ocorrido entre as denominações protestantes da América do Norte. A partir de 1858, missionários de origem congregacional, metodista, presbiteriana, batista e episcopal fundaram suas igrejas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Fazendo jus a sua principal característica, que é o espírito proselitista, o protestantismo missionário irradiou-se por todo o território nacional.⁶

Com a proclamação da República, em 1889, caiu o Padroado Régio e a liberdade religiosa passou a vigir, proporcionando um impulso ao proselitismo e expansão do protestantismo em vários setores da sociedade, especialmente entre as camadas médias e baixas. A Igreja Católica reagiu, denominando os convertidos às doutrinas protestantes de “trânsfugas que se deixando vencer na sua fraqueza tem se deixado apanhar pelos laços da malícia e perseguição”⁷. O Catolicismo reivindicava-se como a religião dos brasileiros e o protestantismo como seita estrangeira. No que pese o ressentimento da hierarquia católica, com a liberdade religiosa, de fato, o estrangeirismo do protestantismo brasileiro era muito visível. Por seu turno, os protestantes desqualificavam o Catolicismo como idolatria. Tal fato ocasionaria consequências significativas na formação do setor ecumênico protestante.

A partir das primeiras décadas do século XX, uma terceira onda protestante, classificada como pentecostal, com as suas diversas ramificações, chegou ao Brasil, fundando, principalmente, comunidades da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). Dentre outros fatores, a crescente urbanização do País é um dado a ser considerado na implantação e no desenvolvimento do pentecostalismo brasileiro. No final da década de 1970, o neopentecostalismo, representado especialmente pela Igreja Universal do

Reino de Deus, partindo do Rio de Janeiro, espalhou-se nas grandes cidades como um verdadeiro movimento inovador no campo religioso nacional.

Estudos mais recentes de Sociologia da Religião estão classificando como Igrejas de Bairros, um crescente número de pequenos grupos religiosos de matriz pentecostal, oriundos de diversas dissidências, com um caráter independente, sem vínculos institucionais com convenções ou sínodos. Conforme José Nunes, pesquisando essas comunidades na Bahia: “igrejas menores, organizadas de forma independente, se organizam autonomamente, em bairros periféricos não são parte de uma rede maior de instituições, contam, geralmente, com liderança feminina. São fundadas a partir de múltiplas articulações de interesses entre lideranças e seguidores”⁸.

Nesse processo de revigoração religiosa no Brasil nota-se, de forma enfática, a contribuição dos grupos reformados. O modesto crescimento das primeiras décadas do século XIX cedeu lugar para um expansionismo evangélico nunca dantes presenciado no “maior país católico do mundo”. O melhor desempenho quantitativo encontra-se entre as denominações de origem pentecostal ou carismática. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, entre 1990 e 1992, atestou que “as igrejas evangélicas totalizam 63% das organizações criadas no triênio, numa média de 5 por semana ou o equivalente a uma nova igreja por dia útil. Conforme o IBGE, em 2010 os protestantes representavam 22,2% da população brasileira, sendo 60% de pentecostais.

O protestantismo de origem pentecostal ou neopentecostal tem tido tanta visibilidade que, além do uso da grande mídia para veicular mensagens e reforçar essa visibilidade, tem sido objeto de referência na recente produção cultural do País, desde a década de 1990. O filme *Central do Brasil* de Walter Salles, que ganhou notoriedade internacional entre os críticos da 7ª arte, apresentou uma personagem protestante, o motorista César, vivido pelo ator Othon Bastos, que oferece carona para os protagonistas Dora, vivido magistralmente pela atriz Fernanda Montenegro e Josué, representado por Vinicius Oliveira. Cesar não bebe bebida alcoólica e teme um maior envolvimento com uma mulher tão livre e despreendida.

No filme *Orfeu*, além da glamourização da miséria dos morros cariocas, o diretor Cacá Diegues também constrói uma personagem protestante, Inácio, o pai do protagonista, vivido de forma brilhante por Milton Gonçalves, um neoconvertido, ex-sambista de escola de samba e frequentador assíduo da congregação evangélica que está fincada no morro, a qual, em meio à miséria, à carnavalização e aos amores contrariados, faz culto e proselitismo entre moradores. Por razões mercadológicas ou sociológicas, os produtos culturais têm contemplado uma nova fatia da população, os evangélicos, que tende a crescer e a ganhar importância demográfica e política.

O crescimento e a visibilidade dos diversos grupos protestantes de origem pentecostal e carismática no País em geral, têm despertado o interesse

crescente de sociólogos e antropólogos, dispostos a desvendar os mistérios do expansionismo e do potencial político que eles demonstram. Para o estudo dos novos grupos e movimentos religiosos a interdisciplinaridade é fundamental: a Sociologia e a Antropologia terão que buscar na História apoio, em períodos mais recuados, na busca de respostas ou de outras indagações, nexos e fatores que contribuam para o entendimento do problema protestante no Brasil.

A rejeição do mundo político

Desenvolveu-se entre os protestantes brasileiros das primeiras décadas a cristalização de uma representação, rica em desdobramentos, que a realidade se dividia em Reino de Deus x reino do mundo e para quem estava no Reino de Deus, tudo era sucesso, benesses vindas do Deus, que abençoa os justos e castiga os ímpios. A política e os problemas sociais pertenciam ao reino do mundo, isto é, a sociedade circundante. Se a política era considerada como um componente do reino do mundo, o elemento negativo da diáde, era uma atividade mundana por excelência, não era incentivado a participação. Na vigência do Império, os protestantes não teriam a possibilidade de participação no jogo político. Enquanto grupos religiosos minoritários dedicaram-se ao labor proselitista e a instalação de colégios e escolas anexas aos templos, disputando fiéis.

Com a proclamação da República e a liberdade religiosa, o quadro começou a modificar-se. Em alguns momentos, os problemas políticos foram reconhecidos, mas enquanto dificuldades decorrentes da falta do Evangelho no coração dos governantes e dos governados. Constataram a existência da corrupção e das fraudes eleitorais tão comuns durante a Primeira República, mas recomendavam como remédio para solucionar o problema a conversão aos princípios evangélicos, conforme um articulista batista: “Se os nossos políticos tivessem em seu coração o Senhor Jesus, e a sua palavra fosse por eles examinada, seriam desterradas para bem longe de nós as fraudes eleitoraes. O povo escolheria livremente os seus representantes, e as urnas seriam a expressão da verdade...Sem dúvida, Jesus é a maior necessidade do nosso meio político.”⁹

Cultivavam uma visão petista da realidade, as orações e o poder divino resolveriam todos os problemas. As nações que eram governadas por líderes protestantes, a exemplo dos EUA e da Inglaterra, eram sempre citadas como um paradigma a ser seguido, como um verdadeiro reforço à ideia de que o Evangelho podia solucionar os problemas políticos nacionais. Citando a Noruega sem analfabetismo e a prosperidade da Inglaterra como exemplos de países protestantes e desenvolvidos, um articulista do Batista Baiano citou que “A grande rainha Victória, da Inglaterra, dizia que o segredo da prosperidade do seu país estava na Bíblia.”¹⁰ Rubem Alves, se referia aos Estados Unidos da América como a utopia implícita do Protestantismo brasileiro¹¹.

A participação da Igreja Católica na vida política nacional era criticada

acidamente, condenada como um instrumento de enriquecimento ou de busca de interesses materiais pecadilhos que os protestantes jamais cometeriam, conforme uma polemista do jornal *A Mensagem*, que brandia constantemente sua pena contra a hierarquia católica e que desafiou seus oponentes a apontarem um único exemplo do que ela considerava absolutamente condenável: “os padres se metem na política de todos os países, mas nestes 50 anos que o Evangelho é pregado no Brasil, apontem um ministro evangélico ocupando o lugar de deputado, governador ou intendente!”¹²

O desafio da articulista, professora Archymínia Barreto, era perfeitamente factível para os protestantes no início do século XX. Além das representações fundamentalistas que guiavam suas atitudes e práticas, um fato relevante a se destacar era que os reformados ao longo do universo cronológico continuaram um grupo minoritário, identificado com as camadas mais baixas da sociedade brasileira, que, por sua vez, estava alijada da participação política, a não ser para referendar com o voto de cabresto, quando lhe foi permitido, as oligarquias dominantes. Excetuavam-se luteranos e anglicanos, que se identificavam com as camadas mais altas da população, porém continuavam como estrangeiros ou descendentes de estrangeiros, pouco interessados em participação nos problemas nacionais.

Segundo Vasni Almeida, o entusiasmo metodista para com a República, tão vibrante nos anos iniciais do século XX, perdeu força, pelo menos no que se refere ao envolvimento político partidário. A não ser o apoio dado ao reverendo Guaraci Silveira, quando esse se candidatou ao cargo de deputado constituinte, em 1933, suas lideranças optaram por manter certo distanciamento das decisões políticas que mantinham o sistema republicano. Há que se lembrar que Guaraci Silveira foi eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, tornando-se uma referência aos deputados liberais na cruzada contra os deputados católicos, na questão envolvendo o ensino religioso nas escolas públicas.¹³

A expressão da separação entre fé e política, do metodismo do período, pode ser percebida na resposta dada pelo episcopado metodista à indagação de membros da Igreja quanto à atitude de um pastor, no que se refere às suas funções pastorais, numa situação em que fosse eleito para um cargo público: o pastor seria colocado em disponibilidade. Isso significava ficar sem igreja. Uma das lideranças da Igreja atingida por essa decisão foi Guaraci Silveira, que entre 1946 e 1950, período em que exercia mandato político pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ficou afastado do ministério pastoral.¹⁴

Já na década de 1940 encontram-se metodistas, presbiterianos e batistas exercendo mandatos como parlamentares. Nos anos de 1950, Ebenézer Gomes Cavalcante, pastor e advogado batista e Basílio Catalá, pastor e professor presbiteriano, foram eleitos deputados estaduais pela União Democrática Nacional (UDN) para a Assembleia Legislativa da Bahia, comungando o anticomunismo e o americanismo dos políticos tradicionais udenistas. O

eleitorado cativo eram os irmãos das próprias comunidades religiosas. A atuação desses parlamentares vinculava-se, preferencialmente, aos grupos religiosos e estavam bastante preocupados com a presença de símbolos católicos em espaços públicos, a exemplo dos crucifixos nas repartições estatais.

O setor ecumênico e as questões sociopolíticas

A conceituação do protestantismo ecumênico é uma tarefa complexa e polêmica. Júlio de Santa Ana propõe um conceito de ecumenismo mais abrangente e político, numa perspectiva da libertação humana, baseado no pensamento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Eis a sua proposição: “Não é apropriado limitar o uso do termo ecumênico apenas à esfera religiosa da existência humana. De fato a unidade dos seres humanos das nações, de toda essa variedade que caracteriza o povo de Deus inclui a dimensão geográfica, a cultural e a política. E, portanto, algo que tem a ver com toda a riqueza da vida humana”¹⁵. Santa Ana sublinhou que o ecumenismo não se manifesta apenas nas relações com o sagrado, e sim na dimensão das lutas sociais e dos Direitos Humanos.

Ainda no século XIX, o Movimento de Oxford, na Igreja Anglicana, prestou uma grande contribuição ao ecumenismo, aproximando-se da Igreja Católica Romana. Desenvolveu-se uma ala ecumênica que chegou ao século XX ativa e organizada. Demonstrou um espírito de encontro, uma grande capacidade de diálogo pela unidade cristã, que souberam traduzir em ações significativas. Sem eles não se pode compreender o processo que levou à formação do Conselho Mundial de Igrejas. Em 1910, em Edimburgo, Escócia, aconteceu uma conferência mundial missionária, com o objetivo de discutir uma agenda comum para a evangelização do mundo.

Em 1916, ocorreu a Conferência do Panamá, na qual participaram alguns brasileiros, como o Reverendo Presbiteriano Erasmo Braga, o qual escreveu um denso relatório intitulado *Pan-Americanismo: Aspecto Religioso*. Portanto, os protestantes progressistas e ecumênicos não estavam isolados na proposição de ler a realidade brasileira a partir da Bíblia, construindo uma teologia contextualizada com desdobramentos sociais e políticos, tal como ocorrera em outros momentos históricos.

As denominações protestantes históricas brasileiras a partir da década de 1950 apresentavam-se como instituições religiosas centenárias, as quais passadas as primeiras dificuldades, começavam a ter visibilidade. Buscavam espaços políticos e sociais sair do “gueto” e rejeitar a mentalidade de minoria perseguida. Novas gerações de protestantes tiveram acesso às universidades e outras formas de sociabilidade, que punham em xeque as doutrinas e as práticas religiosas tradicionais. Em 1953, a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) sob a liderança do Reverendo Jorge Cesar Mota se filiou à

Federação Internacional de Estudantes (FIE) de clara tendência ecumênica.¹⁶

O Brasil vivia um contexto histórico de inquietações ideológicas, de movimentos sociais e políticos reivindicatórios, de lutas camponesas e de greves operárias nos grandes centros urbanos. Por seu turno, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e as diversas tendências marxistas liam a realidade como “feudal e atrasada”; era preciso fazer a revolução, transformar as estruturas e fazer justiça social. Os jovens protestantes partilhavam essa conjuntura que desafiava e exigia posicionamentos concretos.

Embora o Partido Comunista continuasse na ilegalidade, o ambiente político da década de 1950 permitiu a sua atuação velada. O que favoreceu a sua reestruturação através de publicações periódicas, como *Novos Rumos*. Pôde entrar em contato com entidades sindicais e de representação estudantil, bem como setores da burguesia que optaram por uma solução nacionalista. O marxismo e o Partido Comunista do Brasil – PCB consistiam, assim, numa presença na sociedade brasileira, especialmente, no meio estudantil frequentado pelos jovens universitários e secundaristas protestantes. Para os estudantes da UCEB, as organizações marxistas que atuavam nas faculdades constituíam-se num grande desafio, mas ao mesmo tempo numa tentação: as críticas à conjuntura social e política do País, aos problemas sociais que eles faziam no âmbito religioso eram similares às que faziam seus colegas marxistas.

A juventude protestante que formaria esse setor ecumênico e progressista começava a olhar a realidade brasileira com um olhar crítico e via nos instrumentos políticos possibilidades de mudanças. Não por acaso o primeiro livro publicado, em 1953, por Shaul na União Cristã dos Estudantes do Brasil intitulou-se: *O Cristianismo e a Revolução Social*. O marxismo e os partidos comunistas se configuravam como um poderoso desafio à juventude protestante, não só pelo seu caráter científico de interpretação da realidade, mas também pelo seu apelo espiritual, diria o autor já na introdução da sua obra: “É o Comunismo uma das mais tremendas forças do mundo moderno uma filosofia com a pretensão de interpretar o universo e a vida e que, por isso exerce forte sedução sobre muitas pessoas inteligentes, ao mesmo tempo, é um poderoso movimento espiritual que tem logrado despertar em milhares de homens e mulheres um espírito de dedicação e de sacrifício”¹⁷.

A juventude católica, no período, também estava organizada na Juventude Universitária Católica e na Juventude Estudantil Católica nas universidades e colégios, orientando seus membros a uma participação na sociedade brasileira. A liderança da UCEB tinha consciência desse desafio. Em um artigo intitulado *O Cristão na Esquerda*, Richard Shaul reconheceu a fragilidade dos protestantes frente à conjuntura política nos seus primeiros contatos com os estudantes evangélicos e com a realidade brasileira e tomou para si a tarefa de organizar um grupo de jovens protestantes, que pudesse enfrentar o contexto adverso.

Esses setores progressistas e ecumênicos, que começavam a se organizar no seio do protestantismo no País, buscavam incessantemente superar a fragilidade, a desorientação e as dificuldades internas da comunidade religiosa, com vistas a formar uma reflexão sobre os problemas sociais e um programa de ação. A União Cristã Estudantes Brasileiros (UCEB) e a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), enquanto organismos interdenominacionais, propiciaram o espaço institucional adequado para esse tipo de trabalho que nem todas as denominações protestantes ou congregações locais responderiam positivamente, como por exemplo, a Denominação Batista que não participou oficialmente, mas algumas pessoas, individualmente, se envolveram no movimento.

A criação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948 (CMI) pós Segunda Guerra Mundial, a elaboração de uma nova teologia na Europa e nos EUA que colocava o pietismo como omissão e descompromisso com a realidade social, propiciaram a gestação na União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e entre jovens pastores uma nova forma de ser Eclésia, de pensar a fé cristã e suas implicações éticas. O trabalho da juventude presbiteriana e metodista foi um canal de divulgação dessas novidades teológicas, principalmente o pensamento dos teólogos Karl Barth e Dietrich Boenhoffer divulgados por esses setores. Richard Shaull, um missionário presbiteriano, foi um dos mentores intelectuais do grupo ecumênico.

O novo discurso protestante transformava a teologia dogmática numa teologia das realidades terrestres, permitia olhar a realidade com novas lentes, acercando-se dos problemas sociais e políticos do País, propiciando a construção de inovadoras leituras e práticas religiosas com desdobramentos políticos efetivos. Como os padres operários franceses, os jovens protestantes tiveram a experiência de viver e trabalhar como operários em fábricas de São Paulo residiam na Vila Anastácia, um reduto operário, possibilitando um engajamento social, respaldado na fé reformada.

Em 1953, Waldo Cesar, Richard Shaull e mais dois professores batistas, Lauro Bretones e Alberto Mazoni de Andrade, organizaram um núcleo ecumênico para estudar o tema da responsabilidade social dos cristãos. Nesse mesmo ano, o Conselho Mundial de Igrejas criou a seção *Igreja e Sociedade*, dirigida por Paul Abrecht, um norte-americano que contatou com Shaull, solicitando que escrevesse um documento com reflexões acerca da situação da América Latina. Escrito o documento e enviado à diretoria em Genebra, o CMI informou ao Reverendo Shaull o interesse em realizar uma conferência na América Latina, enfocando as questões sociais e a responsabilidade das igrejas.

Foi criado o *Setor de Responsabilidade Social da Igreja*, em 1955, vinculado ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), tendo como comissão organizadora Benjamin Moraes, Waldo Cesar como secretário executivo e mais R. Shaull. Com a denominação de *Comissão de Igreja e Sociedade*, foi

incorporado à Confederação Evangélica do Brasil (CEB), graças a gestões de Waldo Cesar, que naquele momento respondia pelo Departamento de Juventude da própria Confederação Evangélica do Brasil (CEB). “Era preciso que representantes das várias igrejas que operam em nossa Pátria, juntos, examinassem sua obra evangelizadora e social em face de determinados aspectos inteiramente novos e revolucionários para a sociedade”¹⁸.

As vésperas das eleições de 1955, o jovem presbiteriano Waldo Cesar escreveu uma *Oração pelo Voto* que iniciava com a seguinte invocação: “Senhor, estamos vivendo dias verdadeiramente cínicos e tristes. Já não parece haver quem creia, não parece haver um só. Porque o prolongado tempo do cinismo, de mentira e mau governo, escondeu a face da verdade e da honra”¹⁹. Ao contrário dos fundamentalistas que se refugiavam nos templos e na piedade individualista que aspirava ao céu e a glória eterna, Waldo Cesar fazia o *mea culpa* da omissão dos protestantes e se comprometia com os destinos pátrios, do povo sofrido e enganado pelos “políticos dos desvãos palacianos”.

A influência do Conselho Mundial de Igrejas na criação do *Setor de Responsabilidade Social da Igreja* foi marcante. Conforme Waldo Cesar: o contexto de nossa discussão em Evanston ao lado de dezenas de Igrejas de um grande número de países, eram ‘As Rápidas Transformações Sociais’ e a ‘Responsabilidade Social da Igreja’ – expressões que depois se incorporariam ao vocabulário dos ecumênicos e marcariam uma nova etapa na trajetória das Igrejas Evangélicas do Brasil. O objetivo da *Comissão Igreja e Sociedade* era a “Necessidade imperiosa de se fazer estudos sobre as implicações da nossa fé no conturbado cenário nacional”²⁰.

Organizaram-se quatro conferências para analisar a realidade brasileira e oferecer perspectivas. A primeira Conferência aconteceu em 1955, em São Paulo, intitulada *Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja*. Foram debatidas as seguintes questões: educação para participação na vida política; a igreja evangélica em face da ação social e política, as relações ecumênicas com católicos romanos. Em 1957, realizou-se a II Reunião de Estudos, na cidade de Campinas, São Paulo. Richard Shaull conferenciou sobre *Implicações Político Sociais do Amor Cristão*. A terceira Conferência ocorreu em 1960, em São Paulo, Dr. W. Vissert ‘t Hooft, presidente do Conselho Mundial de Igrejas, pronunciou a conferência *Responsabilidade Cristã na Sociedade: imperativos bíblicos*, dentre outros problemas discutidos.

A quarta Conferência reuniu-se em Recife, Pernambuco, 1962. O tema geral foi *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, conhecida como a Conferência do Nordeste, região escolhida em decorrência dos conflitos sociais seculares, que ocorriam no campo e na cidade. Seguindo Barth, faziam teologia e vida eclesiástica entre a Bíblia e os jornais. Ao mesmo tempo em que refletiam sobre os profetas judaicos antigos, discutiam os problemas nordestinos com o criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Comissão de Igreja e Sociedade convidou cientistas não crentes como conferencistas: o sociólogo Florestan Fernandes, os economistas Celso Furtado e Paul Singer, dentre outros intelectuais que pensavam os problemas do País.²¹

As conferências do *Setor Social da Confederação Evangélica do Brasil* também repercutiram entre os católicos, em meio a setores significativos como a Juventude Universitária Católica, que teve representação oficial na Conferência do Nordeste. O jornal católico *Brasil Urgente*, mais tarde censurado e fechado pelos militares, dedicou as páginas nobres ao evento, reafirmando que o protestantismo brasileiro tinha duas grandes fases: antes e depois da Conferência do Nordeste.

Uma prova do ecumenismo foram as relações que os protestantes ecumênicos mantiveram com os Dominicanos em São Paulo, compartilhando estudos bíblicos, debates e artigos no semanário *Brasil Urgente*, de iniciativa de frei Carlos Josapha. Richard Shaull chegou a ser contatado pelos frades Dominicanos, caso permanecesse no Brasil, para ministrar aulas. Segundo o seu próprio relato: “Uma cadeira de Teologia Protestante, no seu Seminário em Brasília. Lamentavelmente, antes que tivesse ocasião de responder ao convite, o seminário foi fechado pelo governo militar, e eu fui proibido de entrar no Brasil por um período de vinte anos.”²²

Sobre a importância da juventude protestante nessas novas iniciativas sociais e ecumênicas, Zuínglio Dias, também um protagonista daquele momento, opinou claramente que os “movimentos de juventude como ULAJE e UCEB, vararam fronteiras denominacionais e nacionais e ensejaram uma nova reflexão sobre o papel das Igrejas Evangélicas no Brasil e América Latina”²³. Propunham-se a estudar as vinculações dos cristãos com o processo revolucionário, o qual os protestantes tinham consciência, as vésperas do golpe civil-militar de 1964, que instalou uma Ditadura no País que durou duas décadas.

Reação conservadora, ditadura e repressão

A doutrina bíblica do respeito às autoridades constituídas, baseada no texto que “toda autoridade vem de Deus” Livro de Romanos 13, formou no imaginário protestante representações e discursos conservadores e de omissão frente aos problemas políticos. A Ditadura provocou os costumeiros posicionamentos e uma nova atitude de adesão explícita e colaboração com o regime militar. Na concepção da Convenção Batista Brasileira, o golpe civil-militar de 1964 era, contraditoriamente, uma intervenção política em defesa da democracia, e da nação. Um benefício ao País que vivia ameaçado em sua ordem democrática. De imediato, os líderes batistas legitimavam o golpe.

No entendimento dos fatores que motivaram o apoio de setores protestantes ao regime militar o anticomunismo deve ser analisado de forma

relevante. Desde a Revolução Russa de 1917, que os reformados caracterizavam o comunismo como uma ideologia diabólica²⁴. A condenação era, sobretudo, religiosa, na medida em que condenavam o “ateísmo materialista” pregado pelos países e líderes comunistas os quais tinham como objetivo “Desarraigar a ideia de Deus do coração humano, odeiam, espalham a guerra, semeiam a destruição, tiram a vida do seu semelhante e se dizem promotores e mantenedores da paz”²⁵

O discurso do setor ecumênico repercutiu negativamente e a reação foi imediata. Os jovens ecumênicos foram confundidos com comunistas. O espectro do “comunismo ateu” rondava os arraiais protestantes, trazia para a arena eclesiástica a polarização em que vivia o País. Com o golpe de 1964, a repressão se intensificou não só pelo alinhamento tradicional do protestantismo aos governos, mas também pelas relações de líderes protestantes com o Regime militar. A Igreja Presbiteriana foi a mais envolvida e comprometida com o governo militar por causa das ligações da Igreja com a classe média e do prestígio político que ela gozava nos meios políticos e militares. Nehemias Gueiros, presbiteriano de Pernambuco, entrou para a história como redator do Ato Institucional nº 2. No governo Médici, Eraldo Gueiros ocupou o cargo de governador de Pernambuco.

Apenas doze dias após a eclosão do golpe publicavam nas páginas do Jornal Batista: “O presidente que vinha fazendo um jogo extremamente perigoso foi afastado. A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada... o povo brasileiro por sua índole repele os regimes totalitários e muito particularmente o regime comunista”²⁶. O pseudo distanciamento dos batistas frente às questões políticas do País se desvelou, para mostrar uma face ideológica e conservadora, aparentemente contraditória ao condenar o totalitarismo comunista, mas, ao mesmo tempo, legitimar o golpe civil-militar, como se o mesmo não fosse um golpe de força que instalaria um regime totalitário, tanto quanto o comunismo que rejeitavam.

Entre os presbiterianos o anticomunismo foi também um motivo para apoiar o golpe e ao mesmo tempo uma razão para que alguns irmãos da própria comunidade delatassem outros membros visto como progressistas ou marxistas ateus. Reverendo João Dias Araújo relatou que no mesmo dia do golpe, 31 de março de 1964, o Reverendo Israel Gueiros, no programa radiofônico que apresentava na Rádio Clube Pernambuco “agradeceu a Deus pelos militares golpistas e denunciou que, havia uma cátedra de teologia marxista no Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife e o professor era João Dias de Araújo”²⁷

O Pastor Israel Gueiros era líder do Movimento Fundamentalista Presbiteriano, que se opunha radicalmente ao ecumenismo abraçado por Araújo, um jovem professor de teologia. Gueiros prosseguiu nas denúncias no seu programa radiofônico, contra o Reverendo João Dias Araújo “acusando de incitar os jovens seminaristas às ideias comunistas”. Delatado pelo próprio irmão de fé, o Reverendo João Dias de Araújo foi chamado pelo DEOPS para

explicar as denúncias. Um motivo para as incriminações do Pastor Gueiros contra o Reverendo Araújo foi o fato do mesmo ter escrito o panfleto *O Jovem Cristão e o Jovem Comunista*, o qual tinha o objetivo de alertar os jovens evangélicos, “que o Cristianismo era completo, não precisava de outras ideologias”. Além de docente, João Dias de Araújo era deão do Seminário Presbiteriano e “tinha a tarefa de acompanhar os alunos”.²⁸

Na ótica dos fundamentalistas, o “perigo vermelho era uma ameaça à juventude protestante, a qual poderia ser contaminada pelos comunistas ateus. Segundo o noticioso Batista: “Até em nossas igrejas se produziu a infiltração. Existia a louca ideia de que era possível embarcar-se no mesmo barco dos comunistas para construir os mesmos ideais”²⁹ Luciane Almeida analisou o anticomunismo na Denominação Batista: acusavam os jovens de serem “missionários comunistas” infiltrados entre os verdadeiros cristãos para enganá-los com as falsas promessas comunistas de uma sociedade mais justa. A UCEB era “mais um órgão muito bem disfarçado do Comunismo Internacional (...) com os propósitos de arregimentação dos jovens evangélicos para os fins de comunização do Brasil”³⁰.

Na Igreja Metodista do Brasil a ala conservadora não aceitava o discurso dos “progressistas”. Os conservadores, os que detinham o poder de fato nas igrejas, em certa medida aceitaram a intervenção militar que destituiu João Goulart, em 31 de março de 1964, com o argumento de que a continuidade de seu governo, por defender propostas socialistas, poderia levar o País à guerra civil. A posição dessa ala da Igreja Metodista do Brasil revela a concordância de protestantes e católicos quanto à necessidade da interrupção do regime democrático. “Nesse sentido, houve afinidade ideológica (e teológica) entre os conservadores metodistas, presbiterianos, batistas, congregacionais, luteranos, anglicanos e católicos, que em outras situações tudo fizeram para se mostrarem distintos uns dos outros”³¹.

O anticomunismo protestante foi herdado dos missionários norte-americanos, que não cansavam de reverberar contra o comunismo ateu. O texto do *Projeto Brasil Nunca Mais* cita que a propaganda anticomunista foi veiculada “pelos organismos financiados pelos Estados Unidos o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica”³². As pesquisas mais recentes e as memórias dos atores protestantes que viveram nesse período revelam que setores protestantes, particularmente suas lideranças, se constituíram em eficazes pregadores do anticomunismo.

O jornalista Agostinho Muniz, membro da Igreja Batista Dois de Julho na época e militante da Ação Popular, foi enfático: “eu nunca fui comunista, abomino o materialismo histórico, mas era anti-imperialista, contra a dominação norte-americana no País e na Igreja”³³. Outros jovens aderiram ao Partido Comunista do Brasil, a exemplo de Norberto Bispo Santos Filho, membro da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador, dirigida com mão forte pelo Pastor

Ebenézer Cavalcanti. O jovem estudante do Colégio Central, em Salvador, fez parte de um grupo de ativistas nos anos 1960, não chegou a ser preso, pois faleceu antes da polícia vasculhar a sua residência e ameaçar os membros da família. Segundo relato de sua irmã, Profa. Ellen Melo, “o mesmo não aguentou a pressão e pediu o seu afastamento da igreja, antes que eliminassem ele, a igreja não suportava política, nem subversivos”³⁴

Na ótica dos evangélicos conservadores, os militares foram instrumentos divino contra o “perigo vermelho”, que ameaçava o País em geral e particularmente a liberdade religiosa, garantida pela República, após décadas de ostracismo impingido pela opositora secular: a Igreja Católica Romana. Em Recife, os evangélicos fundamentalistas fizeram um culto em ações de graças a Deus, no templo da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, liderada pelo Reverendo Israel Gueiros, um manifesto de júbilo e apoio em face da atuação das Forças Armadas.

Na década de 1970, Pastor Valdivio Coelho, então capelão do exército e pastor da Igreja Batista Sião, em Salvador, promoveu um grande culto de ações de graça pelo “milagre de Deus ter preservado o Brasil do comunismo”. O culto realizou-se no teatro Castro Alves, com a presença de centenas de militares da IV Região Militar e irmãos batistas agradecidos pela benção divina que foi a tomada do governo pelos militares. Baseado nessa ideia a delação dos irmãos era um serviço prestado a Deus.

A partir de 1964, no ambiente de “caça às bruxas” instaurado pelo governo militar, começou o expurgo de professores dos seminários e conflitos com as autoridades. Vários professores foram afastados. A movimentação da *Comissão de Igreja e Sociedade*, desde os anos 1960, levantou a suspeita dos órgãos de repressão, afinal de contas os “crentes” deixavam de ser respeitosos e submissos às autoridades constituídas. Recordou um dos organizadores da comissão: “A visita de um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o interrogatório a que submeteu Waldo Cesar indicavam o quanto nosso trabalho ultrapassara os limites eclesiais e instigava as autoridades da chamada segurança nacional”³⁵.

Rubem Alves, pastor presbiteriano, sofreu punições do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana, foi denunciado como subversivo aos militares. Havia um dossiê com denúncias dos próprios irmãos, inclusive da direção do Instituto Gammom, uma escola protestante. “As acusações do Concílio Presbiteral, eram mais de quarenta, graves e virulentas não só do ponto de vista religioso quanto político: que pregávamos que Jesus tinha relações sexuais com uma prostituta, que nos deleitávamos quando nossos filhos escreviam frases de ódio contra os americanos, que éramos subvencionados com fundos vindos da União Soviética”³⁶.

O alinhamento dos protestantes à Ditadura civil-militar também se configurou no ignominioso papel da delação dos próprios irmãos, Conforme

Agostinho Muniz, líder da Juventude Batista “Em 1966 isso ficou muito claro uma coisa articulada entre a repressão da Ditadura dentro das igrejas e a liderança. Os líderes da igreja começaram a reagir contra aquele pessoal, que dentro da própria igreja era chamado de muito “cor de rosa”³⁷, isto é, vermelhos, comunistas disfarçados de protestantes. Vários jovens batistas foram delatados, apenas por discordarem da ortodoxia ou dos métodos eclesiais. Aqueles que pertenciam a partidos de linha socialista passaram a compor as listas.

Na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), proporcionalmente mais politizada e atuante, a questão foi aberta no Supremo Concílio em Fortaleza (1966), falou-se em regime de exceção dentro da Igreja. Um presbítero, general do exército, propôs que nenhum pastor podia pertencer a um partido político de orientação socialista. Essa proposta não foi aceita. Outro presbítero, também oficial do exército, dizia que era soldado de Cristo e soldado da pátria e como soldado da pátria tinha o dever de denunciar às autoridades qualquer irmão suspeito de subversão.

Projetos de resistência contra a ditadura

Os ecumênicos prosseguiram organizados, “em 1965 com a criação do centro Evangélico de Informação (CEI), mais tarde (1968) rebatizado como Centro Ecumênico de Informação”. Sediado no Rio de Janeiro, publicavam a revista *Tempo e Presença* e boletins contendo informações e textos refletindo a situação internacional e brasileira. O Reverendo Presbiteriano Zuínglio Mota Dias e o metodista Claudius Ceccon, que formavam a equipe do CEI, sofreram perseguições por parte do regime de exceção.³⁸

Na Confederação Evangélica do Brasil, após o golpe de 1964, o *Setor de Responsabilidade Social* não deu continuidade aos planos, os conservadores ganharam o debate: foi fechado e os seus líderes demitidos. As causas apontadas: orientação de setores em discordância como o pensamento do povo evangélico; protestos coletivos e relações de solidariedade político – partidária, comprometendo a Confederação. O escritório do sociólogo presbiteriano Waldo Cesar foi invadido pela polícia em 1967; o mesmo foi preso pelos militares acusado de subversão, na época ele era editor da Revista Paz e Terra, a qual tinha uma proposta “ecumênica e humanista”. Quando anos depois conseguiu seu habeas – data no DOPS, confirmou-se que alguns dos delatores eram pastores e presbíteros das igrejas que frequentava³⁹.

O conflito de ideias, as divergências ideológicas e o autoritarismo que grassavam na sociedade brasileira no período ditatorial também repercutiram no campo protestante. Lançando mãos de princípios bíblicos e de representações religiosas um significativo setor protestante, formado especialmente por estudantes, pastores e seminaristas, reagiu à Ditadura civil-militar de forma pacífica ou engrossando organizações que optaram pela luta armada. Herdeiros

dos princípios libertários o grupo ecumênico brasileiro fez “mea culpa” da omissão sistemática frente aos problemas políticos e construiu um contundente discurso contra o regime militar, tomando como referências o acúmulo de discussões do *Setor Igreja e Sociedade* da Confederação Evangélica do Brasil. Um segmento minoritário, mas que fez severa oposição à Ditadura, o que levaria alguns jovens a sofrerem represálias e prisões.

Em 1968, dezenove pastores da Igreja Episcopal Anglicana, em um manifesto endereçado aos bispos da referida comunidade, exigiam um posicionamento firme e cristão frente à miséria que vivia o povo brasileiro. Num documento de quinze páginas, onde analisa a mortalidade infantil, privação do pão cotidiano, salários, dívida externa e as atitudes que tradicionalmente a Igreja tomava, exigiam uma nova pastoral que levasse em conta a vida quotidiana do homem que se queria alcançar com a luz do Evangelho.

Alguns se lançaram na luta partidária, como Paulo Wright, militante da Ação Popular (AP). Ele foi deputado estadual por Santa Catarina, cassado em maio de 1964, clandestino em Cuba e de volta à clandestinidade no Brasil, militaria na AP até o seu desaparecimento nos porões da repressão. Em junho de 1964, asilado na embaixada do México, esse sociólogo mandou uma carta ao irmão de sangue, Reverendo Jaime Wright, reafirmando o seu compromisso: “escrevo estas coisas para que você saiba que não me arrependo de nada do que fiz e nem pretendo desistir da luta que iniciei em obediência ao chamado do nosso Senhor comum”⁴⁰.

Em uma carta enviada a Waldo Cesar, em 1960, Wright criticou a omissão dos protestantes em relação aos problemas sociais do País, dizia “que estava cansado do marasmo teológico dos cristãos”. Reverendo João Dias Araújo, que o conheceu pessoalmente, relatou um encontro que tiveram em Recife, quando Paulo Wright comentou sobre suas teses teológicas a respeito do Reino de Deus e os seus desdobramentos políticos, afirmando que estava cansado de tudo isso e queria a revolução agora.⁴¹

O remanescente do setor ecumênico protestante, em 1973 organizou a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) com uma proposta de intervenção na sociedade brasileira. Uma consulta na cidade de Feira de Santana, com representantes de vários grupos evangélicos e católicos, precedeu a organização da entidade ecumênica. No contexto da Ditadura, quando a sociedade brasileira vivia sob opressão política, a criação de um serviço de projetos ecumênico, representou uma resistência propositiva, num apoio efetivo a movimentos sociais. É emblemático que o primeiro grande projeto que a CESE capitaneou foi a luta pelos Direitos Humanos.

Com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), juntamente com a Igreja Católica, na pessoa de D. Paulo Evaristo Arns, a CESE realizou uma campanha nacional pelos Direitos Humanos, desafiando a política ditatorial. O Reverendo Jaime Wright e o sociólogo Waldo Cesar foram os principais

redatores do texto da *Cartilha dos Direitos Humanos*, cujo conteúdo, de forma didática, apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos e versículos bíblicos que respaldam a luta pelos direitos. No final do texto ofereciam sugestões para usar a Cartilha: “comparar com a nossa realidade e verificar quais são os artigos da declaração dos Direitos Humanos mais violados entre nós.”. Entre 1973 e 1978 foram publicados um milhão e oitocentos mil exemplares da Cartilha.⁴²

O *Projeto Brasil Nunca Mais*, dossiê contra a tortura do governo ditatorial, foi liderado pelo Bispo católico D. Arns e pelo Reverendo Jaime Wright, também diretor da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, sendo financeiramente sustentado pelo CMI. A equipe do *Projeto Brasil Nunca Mais* era formada por sociólogos, advogados e jornalistas. O fruto trabalho desses destemidos cidadãos: “707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias para que pudesse ser guardadas, sem riscos, fora do país”⁴³. A outra via dos processos era encaminhada a sede do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Genebra, Suíça.

A colaboração do CMI decorreu das relações que o setor ecumênico protestante brasileiro mantinha com o órgão ecumênico internacional desde 1948. Na sua estrutura interna existia um Departamento que cuidava especialmente dos Direitos Humanos na América Latina, o Pastor Charles Harper era secretário desse departamento e deu total apoio ao *Projeto Brasil Nunca Mais*,⁴⁴ o qual teve uma sólida atuação não só no Brasil, mas também na Argentina e Chile, países que viveram governos ditatoriais semelhantes ao brasileiro. O Reverendo Jaime Wright fazia a intermediação entre a equipe do *Brasil Nunca Mais* e os organismos internacionais, instituições religiosas e políticas, levantando fundos e apoio político contra o Regime militar.

Em 1985 o livro *Brasil Nunca Mais* veio a lume, tendo ampla divulgação na imprensa. O Reverendo Wright concedeu entrevistas sobre o livro de Norte a Sul do País, além dos EUA e Europa. Na *Gazeta Feirense*, editada em Feira de Santana, Bahia, onde foi clérigo atuante, destacou o papel político da Igreja e sua responsabilidade social.⁴⁵ Concelebrou o culto ecumênico, juntamente com D. Paulo Arns e o Rabino Henry Sobel, quando do sepultamento do jornalista Wladimir Herzog, torturado e morto na prisão militar em 1975. O ofício fúnebre tornou-se um verdadeiro ato de protesto contra a Ditadura.

A trajetória do Reverendo Presbiteriano Celso Dourado é um exemplo de prática militante, participou dos comitês de Direitos Humanos e Anistia, manteve as portas da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e do Colégio Dois de Julho, em Salvador, sempre abertas aos movimentos sociais, abrigando militantes clandestinos. Foi vereador na década de 1960, eleito deputado constituinte em 1986, com uma brilhante atuação parlamentar, tendo recebido nota 9,75 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Votou favorável à Reforma Agrária e contra todas as propostas reacionárias do “centrão.”⁴⁶

Reverendo João Dias de Araújo permaneceu fiel aos seus princípios teológicos quando propôs uma *Teologia da Terra* e criou a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra, (CEDITER) na Bahia em 1982. Em sua trajetória como pastor e advogado, trabalhou nas Ligas Camponesas, em Pernambuco, compondo a equipe de D. Helder Câmara. A Igreja Presbiteriana de Feira de Santana foi palco dessa movimentação eclesiástica e político-social, liderada por pastores que abraçavam as novas ideias e punham em prática projetos sociais e políticos como a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) em 1967, o Serviço de Integração do Migrante (SIM) em 1973, coadunados com o novo pensamento eclesiástico do setor ecumênico.

Considerações finais

O pietismo e uma leitura fundamentalista da Bíblia, herdados dos primeiros missionários protestantes provocou um afastamento e omissão dos protestantes diante dos problemas sociais do País. A visão de mundo construída em torno das representações do bem contra o mal contribuiu, substancialmente, para um processo de omissão social e política dos protestantes brasileiros das primeiras gerações de convertidos. Preconizavam a obediência às autoridades constituídas, defendiam soluções moralizadoras e pessoais para os graves problemas sociopolíticos do Brasil.

Foi a geração de 1950, protagonista das consultas da Confederação Evangélica do Brasil sobre as questões sociais do País, que após o golpe civil-militar, construiu o setor oposicionista no interior do protestantismo. Esse segmento ecumênico que resistiu à Ditadura continua atuante: a Comissão da Verdade conta na sua composição com participantes de órgãos protestantes, a exemplo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), representados nacionalmente pelo Pastor Anivaldo Padilha, na Bahia pelo Reverendo Celso Dourado e João Dias de Araújo, falecido recentemente.

Destacamos o papel da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, na luta pelos Direitos Humanos no País, que se empenhou pela democratização pós 1964, juntamente com vários setores da sociedade civil. A colaboração do Conselho Mundial de Igrejas foi de extrema relevância, dando guarida a muitos brasileiros perseguidos pela Ditadura, a exemplo do educador Paulo Freire, que se tornou consultor internacional do órgão ecumênico para os problemas da Educação, em nível mundial.

Reconhecendo a relevância da atuação política do Reverendo Jaime Wright, a CESE e a Faculdade Dois de Julho instituíram em 2005 o Prêmio Jaime Wright de Direitos Humanos para profissionais e entidades com notória participação em prol dos Direitos Fundamentais da Humanidade.

O absenteísmo político de setores protestantes e a desgastada retórica do distanciamento e da separação da Igreja do Estado sofreram abalos e mudanças substanciais com o movimento ecumênico a partir da década de 1950. Porém, observamos, atualmente, o crescimento de grupos protestantes que resgataram o fundamentalismo e a intolerância das primeiras décadas, ao lado de um forte interesse em participação na política partidária em agremiações com pautas conservadoras, discriminatórias e particularistas, totalmente estranhas e divergentes dos posicionamentos do setor ecumênico protestante.

Esperamos que a mensagem de paz e de fraternidade evangélica, o diálogo inter-religioso retome o seu vigor no campo religioso brasileiro. Um leque aberto para novas pesquisas e indagações.

Notas de Fim

- 1 FEBVRE, Lucien. *Martin Lutero un destin*. México. Fondo de Cultura Economica. 1956, p. 149-162.
- 2 WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo. Pioneira, 1967.
- 3 MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-Moderna* Entre secularização e dessecularização. São Paulo. Paulinas. 1995, p. 9-10
- 4 VIEIRA, Antonio. *A Invasão Holandesa na Bahia*. Salvador. Editora Progresso. 1955.
- 5 SILVA, Elizete. *Cidadãos de Outra Pátria*. Anglicanos e Batistas na Bahia. São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1998.
- 6 ALMEIDA, Vasni, *A Igreja Metodista no Brasil*. In ALMEIDA, Vasni, SANTOS Lyndon, SILVA, Elizete da, “Fiel é a Palavra”. *Leituras Históricas dos Evangélicos Protestantes no Brasil*. Feira de Santana, Editora UEFS. 2011.
- 7 Carta Pastoral do Arcebispo Primaz do Brasil, 1885, p. 5.
- 8 NUNES Junior, José S. *Pastora Mulher*. Ele me Entregou o Cajado. Processo de Ensino e Aprendizagem Utilizados Na Experiência Formativa Do Pastorado Feminino Pentecostal. Salvador 2013. Dissertação de Mestrado. Salvador, UNEB, 2003. p.95.
- 9 O Jornal Baptista, 10 de novembro de 1910, p.4.
- 100 Baptista Baiano, maio, p.7
- 11 ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- 12 A Mensagem, 20 de janeiro de 1906, p. 2.
- 13 ALMEIDA, Vasni. *A Igreja Metodista no Brasil*. In ALMEIDA, Vasni, SANTOS, Lyndon e SILVA, Elizete da. *Fiel É A Palavra. Leituras Históricas dos Evangélicos Protestantes no Brasil*. Feira de Santana, Editora UEFS. 2011 p.203 e 204.
- 14 IDEM
- 15 SANTA ANA, Julio H. *Ecumenismo e libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987, p.20.
- 16 ESCOBAR, Samuel, *La Chispa y La Llama*. Buenos Aires. Certeza. 1978, p.141.
- 17 SHAULL, Richard. *O Cristianismo e a Revolução Social*. São Paulo. UCEB. 1953, p. 7

- 18 ANAIS DA III REUNIÃO DO SETOR, IGREJA E SOCIEDADE, 1960, p. 1.
- 19 CESAR, Waldo. In REVISTA CRUZ DE MALTA. Igreja Metodista. São Bernardo do Campo..1954, p. 43.
- 20 ANAIS DA III REUNIÃO DO SETOR, IGREJA E SOCIEDADE, 1960, p.1
- 21 DOCUMENTOS AVULSOS DA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL.
- 22 SHAULL, Richard. *Surpreendido Pela Graça*. Memórias de um Teólogo Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003 p. 171.
- 23 DIAS, Zuínglio Mota. Tempo e Presença, Rio de Janeiro 1984, p. 7
- 24 SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria*. Anglicanos e Batistas na Bahia. São Paulo. USP Tese de doutorado. 1998, p.139.
- 25 O Jornal Batista, 3 de maio de 1964, p.6.
- 26 Responsabilidade dos crentes nesta hora-Jornal Batista, 12/04/1964, p. 3.
- 27 ARAÚJO, João Dias. Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2013.
- 28 Araújo, João Dias. Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2013.
- 29 O Jornal Batista,, 12 de abril de 1964, p.3.
- 30 ALMEIDA, Luciane *O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963 – 1975) Mestrado em História, Feira de Santana ,UEFS., 2011, p.110.
- 31 ALMEIDA, Vasni. *A Igreja Metodista no Brasil*. In ALMEIDA, Vasni, SANTOS, Lyndon e SILVA, Elizete da. *Fiel É A Palavra* .Leituras Históricas dos Evangélicos Protestantes no Brasil. Feira de Santana, Editora UEFS. 2011 p. 204.
- 32.ARQUIDIOCESE de São Paulo, Brasil Nunca Mais. São Paulo. 1985, p.59.
- 33 MUNIZ, Agostinho. Entrevista concedida à autora em 02 de março de 2007 .
- 34 MELLO, Ellen. Entrevista concedida à autora em 02 de março de 2007 .
- 35 SHAULL, Richard. *Surpreendido Pela Graça*. Memórias de um Teólogo Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003 p. 171.
- 36 ALVES, Rubem. *Da Esperança*. Campinas. Papirus, 1987, p. 31.
- 37 MUNIZ, Agostinho. Entrevista concedida à autora em 02de março de 2007
- 38 FERREIRA, Muniz. *Insurgência*, Conciliação e resistência na Trajetória do Protestantismo Ecumênico Brasileiro. In. COELHO NETO, Eurelino, DIAS, André M. LEITE, Marcia Barreiros. Feira de Santana. UEFS Editora. 2010, p.100.
- 39 SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira*. Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana. UEFS Editora. 2010.
- 40 WRIGHT, Delora. Jan. *O Coronel Tem um Segredo* – Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993., p. 49.
- 41 ARAÚJO, João Dias. Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2007.
- 42 COUTO, Edilece, FERREIRA, Muniz e SILVA, Elizete da A Fundação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço. .In. MOURA, Lucivandra, *Ecumenismo e Cidadania* A Trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviço. São Leopoldo. CEBI, 2013.

43 ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO, *Brasil Nunca Mais* 1986, p.22

44 VISSER'T HOOFT, W. A. *The Genesis and formation of the World Council of Churches*. Genebra: CMI, 1982.

45 Gazeta Feirense, Feira de Santana, 10 de agosto de 1985.

46 SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira*. Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana. UEFS Editora. 2010.

Artigo recebido em junho de 2017. Aceito em julho de 2017.